



A expansão da política de militarização de escolas públicas e o controle social da infância e juventude no contexto da Educação de Direitos Humanos

Danúbia Régia da Costa – UnB

Grupo de Trabalho: GT 6 – Educação em e para os Direitos Humanos

RESUMO:

O artigo apresenta um ensaio analítico sobre a expansão da militarização das escolas públicas brasileiras, com enfoque no Distrito Federal, sob a lente da Educação em Direitos Humanos. O estudo investiga as intencionalidades ideológicas desse projeto e seus desdobramentos no controle social de crianças e jovens, problematizando o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, que se justifica pela melhoria da qualidade da Educação Básica e redução da violência escolar. A análise, ancorada em autores como Foucault (2014) e em contribuições sociológicas sobre juventudes, revela que a militarização promove o esvaziamento da consciência crítica, o controle dos corpos e o desrespeito à política de Educação em Direitos Humanos. Conclui-se que esse modelo alinha-se ao neoliberalismo e à cultura do medo, distanciando-se de uma educação emancipatória, e que sua superação é condição fundamental para a democracia e para a efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Controle social; Educação em Direitos Humanos; Infância e juventude; Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

A produção deste artigo surge a partir da pesquisa de doutoramento em curso e em diálogo com a disciplina Sociologia da Violência, que trata entre outras abordagens das políticas de controle social para a infância e juventude. O texto apresenta um ensaio analítico sobre a expansão da militarização das escolas públicas brasileiras, sobretudo no Distrito Federal, sob o enfoque da lente da educação em direitos humanos subsidiado pela intenção de desvendar as intencionalidades ideológicas que pretende esse projeto de militarização de escolas públicas e seus desdobramentos.

O artigo traz uma análise reflexiva sobre a atual política de militarização de escolas públicas e o controle social de crianças e jovens. O Governo Federal



criou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, sob o argumento do avanço na qualidade da Educação Básica e diminuição da violência escolar. Qual o lugar da Educação em Direitos Humanos no contexto da política de militarização de escolas públicas e as implicações desse modelo sobre crianças e jovens?

O texto se ancora em referências bibliográficas de autores e autoras do campo teórico da Educação, dos Direitos Humanos, da infância, juventude, além dos documentos oficiais sobre o tema da militarização das escolas públicas

Compreender o processo de instauração, a institucionalização e o avanço dessa política de militarização de escolas públicas no país e, especialmente no DF, vem ocupando espaço no cenário de debate da educação brasileira, sobretudo em relação ao distanciamento entre a política de militarização da educação pública e a política de educação em direitos humanos.

O estudo em tela tem como objetivo central investigar a expansão da militarização de escolas públicas no DF, como forma de controle social e da violação de direitos humanos, com base nas orientações e normativas da política de Educação em Direitos Humanos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da escolha da natureza da pesquisa, utiliza-se como técnica principal coleta de dados e por meio de análise documental com intuito de obter informações relevantes para responder as indagações da pesquisa de forma estruturada para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações obtidas. O estudo se ancora numa abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, com a intenção de suscitar questões e reflexões sobre a problemática mencionada, mais do que pensar ou responder (Lukde; André, 1986).

A escolha da base teórica para transcender o senso comum e analisar e avançar na temática em curso, além de acervo documental, legislações, dissertações, teses, artigos e trabalhos publicados que fazem referências e compõem o sistema de informação de pesquisas, boa parte por meio eletrônico, integra também autores(as), intelectuais que convergem de maneira



complementar, numa perspectiva de educação que busca romper com a alienação, dominação e a opressão, vislumbrando uma conscientização, apropriação da cultura e da luta por direitos e por justiça.

3. METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, com o objetivo de suscitar questões e reflexões sobre a problemática da militarização escolar, mais do que oferecer respostas definitivas. Como técnica principal, utiliza-se a coleta e análise documental, com base em legislações, dissertações, teses, artigos e trabalhos publicados, boa parte acessada por meio eletrônico. O referencial teórico integra autores e autoras do campo da Educação, dos Direitos Humanos, da infância e juventude, além de documentos oficiais sobre o tema, buscando romper com a alienação e a dominação, em uma perspectiva de educação crítica e comprometida com a conscientização e a luta por direitos e justiça.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

É nessa perspectiva que se constituiu o avanço da militarização nas escolas públicas e o controle dos corpos por meio da cultura do medo e da violência. Certamente o medo e a insegurança produzidos pelos projetos de visão neoliberal, sem dúvida tem gerado mais violência e desassistência à população, sobretudo a parte mais vulnerável da sociedade. Nesse cenário, cabe fomentar algumas discussões, reflexões e investigações acerca dessa proposta em andamento pelo nosso país, fato que se tornou uma necessidade quase obrigatória, sobretudo na última década.

O argumento da disciplina que é fortemente utilizado pela ideologia militar, nos remete ao pensamento de Foucault (2014), quando afirma que é por meio do controle do corpo que se pode chegar ao controle da mente. Em sua obra clássica *Vigiar e Punir* (2014) o autor nos alerta para diversos esquemas de docilidades dos corpos, utilizados como objetos de investimentos de poder através de métodos de controle, como por exemplo o processo disciplinar, adotado em conventos e exércitos, como forma de dominação.



O processo de militarização das escolas públicas no Brasil não é novidade. Tornase cada vez mais um elemento de reflexão e preocupação, especialmente no campo da educação o qual exige maior profundidade, de modo a contribuir como fonte para novos estudos.

Por tanto as contribuições sociológicas de Sinhoretto (2018), Pais (2008) e Caruso (2018, 2023), entres outros/as, no debate nacional e internacional acerca das juventudes nos ajudam a entender os desafios sobre o tema e nos estimula a pensar e buscar mudanças nas políticas voltadas para esse público social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a implantação deste modelo na gestão escolar evidencia um projeto de escola que promove o esvaziamento da consciência do sujeito, o controle social, o esvaziamento político, histórico e cultural da educação, além de apresentar total desrespeito à política de Educação em Direitos Humanos e que há forte aproximação com as bases do neoliberalismo.

Superar o neoliberalismo é condição fundamental para a democracia. Isso só será possível se a base neoliberal for desmantelada de maneira sistemática, inicialmente, por meio de políticas econômicas que apoiem um modelo de desenvolvimento capaz tanto de distribuir renda de forma mais justa, a riqueza, e o poder, quanto de prover mais bemestar material para a maior parte da população.

Na perspectiva da educação como um direito, e meio para o alcance dos demais direitos sociais, a EDH em sua concepção ampla e universal, propõe a emancipação humana como uma de suas finalidades na construção do pensamento crítico e no modo de agir dos sujeitos de forma individual e coletivamente. Sim, é possível sustentar que toda prática educacional, que tenha como objetivo colaborar com transformações sociais relevantes, é considerado um caminho inevitável para solucionar qualquer desafio. Como afirma Paulo Freire, educar é um ato revolucionário.



REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1961.
- FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. Curso do Collège de France (1973-1974). Tradução de Eduardo Brandão, 2006.
- ZIMMER, Fernanda. **Interação compulsória**: uma nova porta de entrada legal para o asilo. Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina Campello Lavrador. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, Espírito Santo, 2011.
- WITTIG, M. The mark of gender. **Feminist Issues** 5, 3–12, jun. 1985.